

CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE DIVULGAÇÃO DA NCRF 18 - INVENTÁRIOS

Helder Martins
Instituto Superior de Contabilidade e Administração – Universidade de Aveiro
isca6070@ua.pt

Jonas Oliveira
Instituto Superior de Contabilidade e Administração – Universidade de Aveiro
Investigador Integrado na Unidade de Investigação IMARKE – Universidade do Minho
jonas.oliveira@ua.pt

Graça Azevedo
Instituto Superior de Contabilidade e Administração – Universidade de Aveiro
Investigador Integrado na Unidade de Investigação GOVCOPP – Universidade de Aveiro
graca.azevedo@ua.pt

RESUMO

O anexo às demonstrações financeiras assumiu principal primazia aquando da entrada em vigor do Sistema de Normalização Contabilística. A divulgação da informação contabilística e a sua comparabilidade e harmonização a nível internacional são fatores críticos numa organização, fruto de uma exigência progressiva por parte dos *stakeholders* empresariais.

Neste contexto, o presente estudo pretende identificar o grau de cumprimento dos requisitos de divulgação da Norma Contabilística e de Relato Financeiro 18 (*Inventários*) nos anos de 2010 e 2011, assim como analisar os fatores explicativos do nível de cumprimento das divulgações obrigatórias exigidas pela norma.

Para o efeito, foi efetuada uma análise de conteúdo do Anexo às Demonstrações Financeiras de 31 empresas Portuguesas não financeiras cujos valores mobiliários não tenham sido admitidos à negociação num mercado regulamentado, permitindo assim a construção de um índice de divulgação.

Os resultados permitem concluir que as empresas cumprem os requisitos de divulgação exigidos pela Norma Contabilística e de Relato Financeiro 18 (*Inventários*) em 80,4% e 81% nos anos de 2010 e 2011, respetivamente. Aferiu-se ainda que as empresas com maior antiguidade, maior liquidez e menor rendibilidade, são as que apresentam maior índice de divulgação.

Palavras chave: Inventários, divulgação, cumprimento, conformidade, fatores corporativos.

ABSTRACT

The notes to financial statements became a priority under the accounting frame of reference: Accounting Normalization System. As a result of a gradual demand from business stakeholders, the disclosure of accounting information and its international comparability and harmonization are critical factors within an organization.

Under this context the present study examines the level of disclosure compliance with the Accounting Standard and Financial Reporting 18 (*Inventories*) in the years 2010 and 2011. This study also intends to provide evidence of the explanatory factors related of such level of compliance.

The notes of the financial statements of 31 non-finance companies not listed on a regulated Stock Exchange market were content analysed and a disclosure index was computed. Main findings indicate that companies fulfill the disclosure requirements of the Portuguese Accounting Standard and Financial Reporting 18 in 80,4% and 81% in 2010 and 2011, respectively. We could also conclude that older companies with more liquidity and lower profitability present the highest level of compliance.

Keywords: Inventories, disclosure, fulfillment, compliance, corporate factors

INTRODUÇÃO

Atualmente assistimos a profundas alterações contabilísticas a nível internacional, e em particular no seio da União Europeia (UE), no sentido de normalizar o tratamento contabilístico e de divulgação das informações financeiras. Neste contexto, pode afirmar-se que o desígnio da contabilidade tem sofrido fortes mutações no seu significado e alcance, dependendo sempre da classe de usuários que a decompõem. Para Lopes (2009, p.22) *“É comum, que ao ouvir a palavra “contabilidade” muitos associem este termo ao departamento contabilístico de uma empresa ou às práticas de escrituração exercidas pelos contabilistas. Para os académicos e profissionais especializados, esse vocábulo assume um sentido ainda mais amplo, tornando-se também sinónimo ou, até mesmo, “apelido carinhoso” para a ciência que tem por objeto de estudo o património das entidades e por objetivo transformar dados em informações úteis para a tomada de decisão dos seus usuários, sejam internos ou externos.”*

Versando na parte final da citação, não é demais focar que os utilizadores exigem cada vez mais informações de diversa índole, para as quais as empresas têm procurado dar resposta a estas novas exigências informativas.

Assim, o objetivo deste trabalho passa por analisar o grau de cumprimento das divulgações obrigatórias constantes da NCRF 18 do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), bem como os fatores que mais influenciam o cumprimento dos requisitos de divulgação dos Inventários, através da análise das Demonstrações Financeiras e Anexo das 31 maiores empresas portuguesas com valores não cotados que compõem a amostra deste estudo para os anos de 2010 e 2011.

Vastos foram os estudos que analisaram o grau do cumprimento dos requisitos de divulgação com as *International Accounting Standard/International Financial Reporting Standards* (IAS/IFRS) (Guerreiro, 2006; Al-Shammari *et al.*, 2008; Cunha, 2009; Setyadi *et al.*, 2009; Al-Akra *et al.*, 2010; Mutawaa, 2010; Costa, 2012; e Juhmani, 2012), assim como com normas específicas de outros países (Glaum e Street, 2003; Setyadi *et al.*, 2009), contudo não se verifica a existência de estudos análogos para as NCRF em Portugal (Rodrigues, 2013) e, em particular, estudos sobre a divulgação dos inventários, nas empresas portuguesas. Assim, o interesse pelo estudo desta problemática relaciona-se por um lado, com a falta de investigação na área, por outro, com as alterações decorrentes da introdução, em 2010, do SNC e da necessidade crescente da existência de informação útil para a tomada de decisão das empresas e dos investidores.

Este estudo permite obter vários contributos. Por um lado, permite através da comparação dos resultados, efetuar uma análise comparativa entre o grau do cumprimento dos requisitos de divulgação dos inventários entre as NCRF e as IAS/IFRS. Por outro lado, permite efetuar uma possível explicação para a inconsistência empírica nos resultados entre a análise de normativos.

De seguida apresentamos uma revisão da literatura, sendo esta fragmentada no enquadramento normativo, no grau de cumprimento das divulgações, nas teorias explicativas do grau de divulgação e nas hipóteses de estudo. Segue-se a descrição do estudo empírico, os resultados e por último, expõem-se as conclusões da investigação.

1. REVISÃO DA LITERATURA

Nos últimos anos temos vindo a assistir a um verdadeiro fenómeno de globalização de negócios e de capitais, motivo que justifica o progresso da maioria das matérias de natureza económica e financeira e, também, contabilística.

A multiplicação de multinacionais e consequente intercâmbio de capitais veio realçar a importância da necessidade num conjunto de informação financeira credível, que permita um consistente apoio na tomada de decisões por parte dos utilizadores a quem a mesma se destina (sejam eles investidores, financiadores, governo, trabalhadores, entre outros). Os diversos agentes dos mercados financeiros exigem constantemente a utilização de normas contabilísticas convergentes, de aplicabilidade internacional e de elevada

qualidade, que permita a comparabilidade das demonstrações financeiras entre empresas sediadas em diferentes jurisdições.

No seguimento da necessidade de informação útil para os utilizadores, e juntando a vertente de comparabilidade internacional e de globalização de economias surge, no seio europeu o Regulamento 1606/2002/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 9 de Julho.

Ao longo dos tempos a UE tem demonstrado fulcral preponderância aos trabalhos desenvolvidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) como organismo regulador em matérias contabilísticas, sendo ponto crucial deste envolvimento a elaboração do Regulamento supra, baseado nas IAS/IFRS emanadas por este organismo. Este Regulamento vincula as empresas dos estados membros da UE com contas consolidadas e com valores admitidos à negociação num mercado regulamentado da UE a adotarem como referencial contabilístico para preparação das suas demonstrações financeiras as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC). No que respeita às restantes entidades é deixado à mercê dos organismos nacionais reguladores a adoção ou não das NIC.

No âmbito do Regulamento 1606/2002/CE foi publicado, no ordenamento nacional, o Decreto-Lei 35/2005, de 17 de Fevereiro, vinculando a aceitação das normas do IASB adotadas pela UE a partir do exercício de 2005 para as contas consolidadas das entidades com valores admitidos à negociação num mercado regulamentado da UE. O Decreto-Lei tem uma leitura mais abrangente, permitindo ainda a adoção dos mesmos normativos às entidades que elaborem contas consolidadas, ou como tal integradas num grupo económico que o façam, desde que as mesmas seja objeto de Certificação Legal das Contas.

No que concerne às restantes entidades não elencadas no parágrafo anterior, ou mesmo as enquadradas dentro do regime opcional, se assim o preferirem, continuam, a partir de 2005, a preparar as suas contas de acordo com o mesmo normativo vigente até então.

Desponta a grande tarefa para a Comissão de Normalização Contabilística quando esta, assume papel principal no desenvolvimento de um modelo normalizador para as empresas comerciais, industriais e outras entidades com a publicação do Decreto-Lei 158/2009, de 13 de Julho que aprovou o atual SNC com entrada em vigor no dia 1 de Janeiro de 2010, modelo este inspirado nas NIC adotadas pela UE.

1.1 NCRF 18 - INVENTÁRIOS

A NCRF 18 deve ser aplicada na contabilização de inventários que não sejam: i) produção em curso proveniente de contratos de construção, incluindo contratos de serviços diretamente relacionados, cujo tratamento contabilístico deve obedecer ao disposto na NCRF 19 – Contratos de Construção; ii) instrumentos financeiros, cuja regulamentação se encontra vertida na NCRF 27 – Instrumentos Financeiros; e iii) ativos biológicos relacionados com a atividade agrícola e produto agrícola na altura da colheita, cujo tratamento contabilístico deve respeitar ao enunciado na NCRF 17 – Agricultura (NCRF 18, § 2).

Os inventários são definidos como ativos que são detidos para venda no decurso ordinário da atividade empresarial, no processo de produção para tal venda ou na forma de materiais ou consumíveis a serem aplicados no processo de produção ou na prestação de serviços (NCRF 18, § 6).

No que respeita à mensuração, os inventários devem ser mensurados pelo custo ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo (NCRF 18, § 9). O que na prática significa que os inventários não podem ser ajustados para valores superiores ao do custo, apenas podem para valores inferiores.

A mensuração inicial do custo dos inventários deve incluir todos os custos de compra, custos de conversão (produção) e outros custos suportados para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual (NCRF 18, § 10).

No caso do custo de compra, este inclui o preço de compra, direitos de importação e outros impostos (que não sejam recuperáveis), custos de transporte, manuseamento e outros atribuíveis à aquisição e deduzem-se os descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes (NCRF 18, § 11).

Os custos de conversão incluem os custos diretamente relacionados com a produção, tais como a mão de obra direta, gastos gerais de produção fixos e variáveis (NCRF 18, § 12). Os gastos gerais de produção fixos são imputados aos custos de conversão baseando-se na capacidade normal das instalações de produção (NCRF 18, § 13).

Na NCRF 18, parágrafo 15 é ainda aditado que outros custos são incluídos nos custos dos produtos, somente até ao ponto em que sejam incorridos para os colocar no seu local e nas suas condições atuais.

Em situações limitadas, os custos dos empréstimos obtidos são incluídos no custo dos inventários, aplicando-se nestas circunstâncias a NCRF 10 – Custos dos empréstimos obtidos (NCRF 18, § 17).

Na mensuração subsequente, os inventários são valorizados pelo custo ou pelo valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. Daqui resultará que: i) se o custo for maior que o valor realizável líquido, ajustam-se os inventários para valor realizável líquido, resultando uma perda por imparidade em inventários; e ii) se o custo for menor que o valor realizável líquido, então mantêm-se o custo.

Para a determinação da estimativa do valor realizável líquido devem-se criar condições para a existência de provas, o mais fiável possível, que de fato demonstrem que as quantias a recuperar com a venda dos inventários são inferiores ao custo dos inventários.

A NCRF 18 (§23-27) permite a adoção de várias fórmulas de custeio de saída de inventários, designadamente: a identificação Específica do Custo; o FIFO (*First In, First Out*); e o Custo Médio Ponderado.

Quando os inventários forem vendidos, a quantia escriturada desses inventários deve ser reconhecida como um gasto do período em que o respetivo rédito seja reconhecido (NCRF 18, §34).

As divulgações exigidas pela NCRF 18 apresentam-se elencadas nos seus parágrafos 36 a 38, as quais passamos a apresentar: i) as políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio usada; ii) a quantia total escriturada de inventários e a quantia escriturada em classificações apropriadas para a entidade; iii) a quantia de inventários escriturada pelo justo valor menos os custos de vender (corretores/negociantes); iv) a quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período; v) a quantia de qualquer ajustamento de inventários reconhecida como um gasto do período; vi) a quantia de qualquer reversão de ajustamento que tenha sido reconhecida como uma redução na quantia de inventários reconhecida como gasto do período; vii) as circunstâncias ou acontecimentos que conduziram à reversão de um ajustamento de inventários; viii) a quantia escriturada de inventários dados como penhor de garantia a passivos; ix) a informação acerca das quantias escrituradas detidas em diferentes classificações de inventários tais como mercadorias, matérias-primas, consumíveis de produção, materiais, trabalhos em curso e bens acabados; e x) o apuramento do custo das vendas.

1.2 GRAU DE CUMPRIMENTO DAS DIVULGAÇÕES

Uma boa parte da literatura existente debruçou-se, ao longo dos tempos, sobre políticas de incentivos de divulgação voluntária (Core, 2001; Dye, 2001; Verrecchia, 2001; Healy e Palepu, 2001; Leuz e Wysocki, 2008). Estes estudos chegaram à conclusão que a divulgação voluntária é importante para comunicar o desempenho da empresa e a estrutura da governação aos investidores externos, proporcionando um conjunto de informações úteis. Consideram que quando a divulgação é discricionária, os gestores que apresentam um comportamento positivo estão menos propensos à divulgação.

Contudo, o interesse pela divulgação obrigatória, tem vindo a assumir um papel cada vez mais importante para fazer face a problemas de agência, proteção de investidores e eficiente alocação do capital (Easterbrook e Fischel, 1984; Mahoney, 1995), considerando assim que a confiança do investidor aumenta a eficiência do mercado.

Vastos são os autores que estudaram o grau de cumprimento dos requisitos de divulgação e/ou mensuração das práticas de contabilidade obrigatórias ou em conjugação obrigatórias e facultativas e seus fatores explicativos, de entre os quais se expõem: Tower *et al.* (1999), Street e Bryant (2000), Street e Gray (2002),

Taplin *et al.* (2002), Glaum e Street (2003), Guerreiro (2006), Al-Shammari *et al.* (2008), Cunha (2009), Setyadi *et al.* (2009), Al-Akra *et al.* (2010), Mutawaa (2010), Costa (2012) e Juhmani (2012).

Tower *et al.* (1999) examinaram o grau de cumprimento e divulgações das IAS na região do Pacífico Asiático (Austrália, Singapura, Malásia, Tailândia, Filipinas e Hong Kong). Para tal foram analisados 60 relatórios anuais de empresas com valores cotados em bolsa (10 relatórios por país) para o ano de 1997.

Para cada relatório foi analisado um conjunto de 512 pontos de conformidades. Esses pontos representam a expectativa de cumprimento específico dentro de cada parágrafo de cada IAS. Verificou-se que o grau de cumprimento das IAS é superior a 90% em países como Austrália, Tailândia, Malásia e Singapura. Por outro lado, em Hong Kong e Filipinas essas percentagens foram de 89% e 88% respetivamente, o que confirmou a influência exercida pelos normativos anglo-saxónicos nesses países. O estudo patenteou que os países que divulgam informação financeira regularmente são influenciados a adotar normativos que sejam comuns a nível internacional.

No que concerne às variáveis independentes, os autores descobriram que o país de comunicação foi a força motriz clara com maior influência para os níveis de divulgação. Os atributos organizacionais (dimensão, endividamento e rendibilidade) e tipo de atividade não foram fatores significativos.

Street e Bryant (2000) efetuaram uma pesquisa para investigar em que medida os requisitos de divulgação das IAS são cumpridos em 41 empresas com valores cotados nos mercados financeiros NYSE ou NASDAQ e US OTC, e em 41 empresas com valores não cotados que fazem referência ao uso deste normativo.

A pesquisa tende a identificar diferenças significativas entre as empresas com valores cotados nos mercados financeiros e as que não têm valores cotados, no que diz respeito: i) a conformidade com os requisitos de divulgação das IAS, e ii) nível de divulgação (incluindo itens obrigatórios e voluntários). Algumas variáveis analisadas foram: políticas contabilísticas divulgadas indicam ou não que as IAS são a base para as demonstrações financeiras, empresa com valores cotados ou não em bolsa nos Estados Unidos da América e opinião dos auditores.

Os resultados indicam que o grau de cumprimento dos requisitos de divulgação com as IAS é maior nas empresas com valores cotados, estando o nível de cumprimento associado com a opinião de auditoria que afirma que as demonstrações financeiras estão de acordo com as IAS. Todavia, as empresas com valores não cotados apresentaram algumas lacunas no reporte da informação, visto não existir coerência entre as suas políticas contabilísticas e os relatórios dos seus auditores. Estes últimos reportam que as empresas cumprem com as IAS, no entanto, os relatórios financeiros analisados pertencentes à amostra evidenciam o contrário.

Street e Gray (2002) elaboraram um estudo tendo como objetivo uma análise às demonstrações financeiras de uma amostra de empresas em todo o mundo referentes à utilização das IAS, para avaliar o grau de cumprimento e mais importante, para fornecer provas dos fatores associados ao cumprimento.

A amostra é composta por 279 empresas não financeiras tendo por base as empresas que aparecem como utilizadoras das IAS na lista do *International Accounting Standards Committee* de 1999. A análise incidiu sobre os relatórios financeiros de 1998.

Verificou-se a existência de um nível de 73% de cumprimento da divulgação prevista nas IAS. A China e a Suíça apresentam níveis altos de cumprimento dos requisitos de divulgação das IAS (84% e 91%, respetivamente), sendo que os países como a França, Alemanha, ou outros da Europa Ocidental, dão preferência a normativos nacionais, influenciando negativamente o cumprimento das IAS. O estudo mostra, ainda, que as empresas que se localizam fora dos Estados Unidos são aquelas que mais aplicam o normativo contabilístico internacional, salientando o papel das empresas de auditoria, junto dos seus clientes, para aplicar e cumprir o previsto nas IAS.

Taplin *et al.* (2002) estendem o trabalho de Tower *et al.* (1999) sobre o grau de cumprimento das divulgações das IAS em seis países do Pacífico Asiático. Sessenta relatórios anuais do ano de 1997 de empresas na Austrália, Hong Kong, Malásia, Filipinas, Singapura e Tailândia foram analisados para criar vários índices de conformidade com base em todas as IAS universalmente aplicáveis à época.

Os resultados mostram níveis mais elevados de conformidade com as questões de divulgação (95,5%) do que questões de mensuração (77,7%). Em termos do índice de percetibilidade, as empresas nos quatro países asiáticos com ligações coloniais britânicas tinham níveis mais baixos de não divulgação do que as empresas das Filipinas ou da Tailândia. O índice foi significativamente relacionado com a variável país e havia uma relação moderada com o setor de atividade.

Glaum e Street (2003) verificaram o grau de cumprimento face ao normativo aplicado (IAS ou os US GAAP - *United States Generally Accepted Accounting Principles*), nas organizações com valores cotados no Novo Mercado Alemão. Com base numa amostra de 100 empresas que aplicam as IAS e 100 que aplicam as US GAAP, foi investigado a medida em que as empresas cumprem com as IAS/US GAAP e os seus requisitos de divulgação nas demonstrações financeiras do ano 2000.

Constatarem que os níveis de cumprimento variam de 100% a 41,6%, com uma média de 83,7%. O nível de conformidade é significativamente menor para as empresas que aplicam as IAS (80,7%) em relação às empresas que aplicam US GAAP (85,7%), concluindo que as IAS/IFRS eram ligeiramente mais fracas e menos rigorosas que as US GAAP. Glaum e Street (2003) verificaram que a qualidade e o rigor da auditoria eram os fatores mais importantes para o grau de cumprimento. O estudo, contrariamente ao esperado, confere que a qualidade da auditoria no Novo Mercado Alemão era bastante heterogênea, e que as auditorias não eram muito rigorosas.

Guerreiro (2006) analisou se as empresas portuguesas com valores cotados seguiram a Recomendação do *Committee of European Securities Regulators* (CESR) na elaboração das suas demonstrações financeiras de 2004 e quais as características das empresas que manifestaram maior influência nos níveis de divulgação. A amostra teve por base as empresas com valores cotados na *Euronext* Lisboa em 31 de Dezembro de 2004, sendo 49 empresas do Mercado de Cotações Oficiais e 7 do Segundo Mercado. Em virtude da impossibilidade em aceder às demonstrações financeiras de 3 empresas (duas no Mercado de Cotações Oficiais e uma no Segundo Mercado) a amostra ficou constituída por 53 empresas.

A autora concluiu que apenas uma minoria das empresas seguiu a Recomendação, tendo a maioria optado por apresentar informação qualitativa sobre o impacto das IFRS. Aferiu ainda que as empresas com maior dimensão, maior nível de internacionalização comercial, auditadas por empresas multinacionais de auditoria e com menores rácios de endividamento, são as que apresentam maior divulgação de informação quantitativa sobre o impacto da adoção das IFRS.

Al-Shammari *et al.* (2008) analisaram o grau de cumprimento das IAS (mensuração e divulgação) por empresas com valores cotados no *Gulf Co-Operation Council*, composto pelos seis estados membros: Bahrain, Omã, Kuwait, Qatar, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unido, explicando ainda os fatos de algumas apresentarem um nível de cumprimento superior a outras. Para o período compreendido entre 1996 e 2002, identificaram 436 empresas que integravam o índice, no entanto, para a amostra selecionaram apenas 137 relatórios anuais que incluíam dados válidos para o estudo.

Verificaram que nenhuma das empresas examinada cumpria a 100% as exigências das IAS, porém verificou-se um acréscimo, passando de 68% em 1996 para 82% em 2002, tendo o pico mais elevado de conformidades se apurado na Arábia Saudita, com 88% no último ano do estudo. O nível de conformidade aumentou com a dimensão da empresa, antiguidade, endividamento e internacionalização. O grau de cumprimento por parte da indústria variou muito, no entanto, o tipo de empresa, a rentabilidade, a liquidez, a difusão da propriedade do capital e o tipo de auditor não foram considerados fatores significativos.

Cunha (2009) debruçou-se sobre o grau de cumprimento das demonstrações financeiras consolidadas divulgadas pelas empresas espanholas no primeiro ano de adoção obrigatória do normativo do IASB, designadamente 2005. Este estudo atendeu ao grau de cumprimento da IAS 16 (Ativos Fixos Tangíveis), tendo incidido sobre 96 empresas, originárias de um total de 137 empresas com valores cotados na bolsa de valores de Madrid, em Dezembro de 2007, analisando os relatórios e contas referentes ao exercício de 2005.

Como resultado salienta-se o nível mediano de 51,6% do grau de cumprimento com os requisitos previstos na IAS 16. Verifica-se, que o montante de ativos fixos tangíveis líquidos de depreciações acumuladas, a rentabilidade dos capitais próprios e alguns setores de atividade (nomeadamente: petróleo e energia; mate-

riais básicos, indústria e construção; bens de consumo; e serviços de consumo) apresentaram-se estatisticamente significativos para explicar o grau de cumprimento dos requisitos da IAS 16.

Setyadi *et al.* (2009) analisaram o grau de conformidade das empresas indonésias com o *Indonesian Accounting Regulatory Compliance*. Para o efeito foram analisados 220 relatórios referentes ao ano de 2006 de empresas não financeiras com valores cotados na bolsa *Indonesia Stock Exchange*.

A análise revela um nível de conformidade médio de 60,61% com as regras contabilísticas. Através da regressão múltipla pode concluir-se que as variáveis dimensão da empresa e rentabilidade foram os fatores mais significativos do cumprimento dos requisitos previstos. As empresas de maior dimensão e mais rentáveis têm muito maior conformidade com as regras contabilísticas. As variáveis concentração da propriedade e governança corporativa não explicam a conformidade regulamentar da contabilidade.

Al-Akra *et al.* (2010) investigam a influência dos regulamentos de divulgação contabilística, das reformas governamentais e das mudanças de propriedade que resultam de privatizações na conformidade da divulgação obrigatória de 80 empresas não financeiras com valores cotados da Jordânia (bolsa de valores de Amman), para os anos de 1996 e 2004.

Os autores concluíram que o cumprimento dos requisitos de divulgação obrigatória aumentou significativamente durante o período de tempo do estudo, sendo de 79% em 2004 e 55% em 1996. Atendendo ao modelo de regressão múltipla, em 1996 o endividamento a longo prazo era considerado uma variável significativa com influência no cumprimento dos requisitos, contudo, em 2004 a dimensão, tipo de auditor, presença de uma comissão de auditoria e rácios de liquidez surgiram como fatores determinantes. A estrutura societária e a presença de diretores não executivos no conselho foram consideradas variáveis insignificantes.

Mutawaa (2010) investigou empiricamente o grau de cumprimento dos requisitos de divulgação da IAS 12 em empresas com valores cotados no Kuwait, para o ano de 2006. Além disso, este estudo investiga a associação entre sete características corporativas e o nível de cumprimento. Do total das 121 empresas foi selecionada uma amostra de 40% das empresas de cada setor de atividade, usando o método de amostragem aleatória estratificada. Assim, foram selecionadas 11 empresas do setor do investimento, 9 empresas do setor imobiliário, 16 empresas do setor dos serviços e 12 empresas do setor da transformação.

O resultado da regressão indica que apenas a dimensão da empresa e o tipo de setor tem associação positiva com as divulgações das IAS. Todas as outras variáveis independentes foram estatisticamente insignificantes.

Costa (2012) debruçou-se sobre o grau do cumprimento das divulgações da IAS 16 – Ativos Fixos Tangíveis das empresas com valores cotados na *Euronext* Lisboa, para o período de 2005-2010. A par desse objetivo analisou também os fatores corporativos que contribuem para o grau de conformidade com as divulgações previstas na IAS 16. Este estudo pretende estender e complementar o estudo de Cunha (2009), que se focou nas empresas com valores cotados em Espanha, no ano de 2005.

Utilizando um índice de cumprimento, constatou que as empresas com valores cotados na *Euronext* Lisboa apresentam um grau de cumprimento médio dos requisitos de divulgação da IAS 16 de aproximadamente 67,3%. No período analisado, constatou também uma ligeira evolução positiva no grau de cumprimento de 4,6 pontos percentuais entre 2005 e 2010. Em comparação com Cunha (2009) o grau de cumprimento médio obtido pelas empresas com valores cotados na *Euronext* Lisboa é superior.

Para aferir o segundo objetivo do estudo o autor desenvolveu seis hipóteses explicativas, nomeadamente: a dimensão da empresa, a rentabilidade, o endividamento, a atividade internacional, o tipo de auditor e o montante de ativos fixos tangíveis, tendo concluído que a dimensão da empresa e o montante de ativos fixos tangíveis são os fatores corporativos explicativos do grau de cumprimento dos requisitos da divulgação previstos na IAS 16.

Juhmani (2012) verificou o nível de conformidade com os requisitos de divulgação das IFRS (incluindo as 27 IFRS) para 41 empresas com valores cotados no *Bahrain Stock Exchange* e a associação entre o nível de divulgação e cinco características das empresas, ou seja, a dimensão da empresa, endividamento, rentabilidade, antiguidade da empresa e empresa de auditoria.

Através do índice geral de divulgação verificou que as empresas do Bahrein em geral têm respondido adequadamente às exigências de divulgação obrigatória das IFRS. Os resultados mostram que os níveis de cumprimento obrigatório das divulgações das IFRS variam entre 61% e 94%, tendo uma média de 80,7%.

A evidência empírica do modelo de regressão indica que o nível de conformidade com as IFRS está positivamente associado com a dimensão da empresa e o tamanho da empresa de auditoria. As demais variáveis, ou seja, endividamento, rentabilidade e idade foram consideradas insignificantes para explicar o nível de conformidade com as divulgações previstas nas IFRS.

Uma das questões colocadas neste trabalho é a de saber quais os fatores explicativos da divulgação dos Inventários. Para o efeito, e como forma de resposta às hipóteses definidas, elegemos como fatores que influenciam a divulgação obrigatória dos Inventários a dimensão da empresa, a rentabilidade, a liquidez, o endividamento, a antiguidade e o setor de atividade.

1.3 TEORIAS EXPLICATIVAS DO GRAU DE DIVULGAÇÃO

De acordo com a revisão da literatura analisada, somos de opinião que as teorias com maior predominância sobre o grau de explicação dos níveis de cumprimento obrigatório e voluntário da informação recaem sobre a teoria de agência, teoria dos custos políticos e teoria da legitimidade.

Nas sociedades, os conflitos de agência surgem predominantemente quando há divergências de objetivos entre os acionistas e/ou credores e administradores (tipicamente designados por agentes).

A assimetria de informação pode surgir porque nem sempre a comunicação entre os sujeitos descritos anteriormente é eficaz, permitindo que os administradores ocultem deficiências no desempenho da organização (Botosan, 1997).

Segundo Ferreira (2008) o agente é assumido vulgarmente como alguém que tem motivações próprias e age no seu interesse pessoal, desenvolvendo comportamentos oportunistas que viabilizam a maximização do valor da empresa para os seus acionistas e credores.

A teoria de agência postula que as administrações das empresas lucrativas divulgam informações mais detalhadas para aumentar a confiança dos investidores e apoiar as suas decisões (Inchausti, 1997).

A teoria de agência apresentada por Jensen e Meckling (1976) indica que os administradores aumentam a divulgação para reduzir a assimetria de informação e, consequentemente, os custos de agência.

Por outro lado, Watts e Zimmerman (1978) afirmaram que os custos políticos são uma função positiva da dimensão da empresa e da sua visibilidade. Tsalavoutas (2009) acrescenta que a teoria dos custos políticos é a mais explicativa dos níveis de divulgação obrigatória das entidades.

Costa (2012) afirmou que os gestores das empresas com maior visibilidade social cumprem as divulgações exigidas, por forma a minimizar os custos políticos. Acrescentou ainda que as empresas que têm uma visibilidade política elevada tendem a enfrentar altos custos políticos, pelo que são confrontadas com a necessidade de apresentar informação financeira, a fim de reduzir esses mesmos custos.

O não cumprimento da divulgação obrigatória pode acarretar uma investigação das demonstrações financeiras por parte do governo, gerando assim a necessidade das empresas em divulgar a informação de forma a minimizar esse risco (Tsalavoutas 2009).

Por outro lado, aparecem os defensores da teoria da legitimidade. Eugénio (2010) considera esta teoria como uma teoria orientada para os sistemas.

Ferreira (2008) aponta que de acordo com esta teoria, a divulgação da informação urge para patentear a legitimidade da empresa perante outras entidades, demonstrando que a empresa é socialmente responsável e que a forma como opera é aceitável perante os valores que lhe são impostos.

Neste contexto, Penedo *et al.* (2004) referem que a política de divulgação adotada é considerada uma ferramenta pela qual os gestores podem influenciar a perceção do exterior sobre a sua empresa.

Watson *et al.* (2002) definem esta teoria como um contrato informal existente entre a empresa e a sociedade, significando a confiança depositada na empresa em como esta desenvolve as suas atividades.

Eugénio (2010) refere que a existência das organizações provém do fato de a sociedade as considerar legítimas, nomeadamente, conferindo-lhes um estado de legitimidade. A autora considera a legitimidade como que um recurso do qual as empresas dependem para sobreviver. Neste enquadramento, a teoria da legitimidade propõe que sempre que os gestores consideram que o fornecimento de um recurso é vital para a continuidade de uma entidade, eles implementam estratégias de legitimidade para assegurar a obtenção desse mesmo recurso.

1.4 DESENVOLVIMENTO DE HIPÓTESES

Atendendo à diversidade de resultados obtidos nos estudos anteriormente descritos, abaixo se formula a possível associação entre o nível de cumprimentos dos requisitos de divulgação sobre inventários e um conjunto de variáveis consubstanciadas nas hipóteses levantadas.

Dimensão da empresa

A dimensão da empresa é uma variável vulgarmente analisada para aferir o grau de divulgação da empresa. As empresas com maior dimensão tendem a divulgar mais informação financeira, de modo a aumentar a confiança na empresa (Guerreiro, 2006). Uma forma de criar essa credibilidade é através da preparação de demonstrações financeiras de acordo com as normas contabilísticas (Prather- Kinsey e Meek, 2004).

Os estudos realizados pelos autores Prather-Kinsey e Meek (2004), Guerreiro (2006), Al-Shammari *et al.* (2008), Setyadi *et al.* (2009), Al-Akra *et al.* (2010) Mutawaa (2010), Costa (2012) e Juhmani (2012) concluíram que a dimensão está positivamente relacionado com o nível de divulgação. Por outro lado Tower *et al.* (1999), e Glaum e Street (2003) não encontraram nenhuma associação entre a dimensão da empresa e o nível de divulgações.

Atendendo a estudos de divulgação obrigatória, Wallace *et al.* (1994) concluíram que a dimensão, seja medida pelo total de ativos ou pelo volume de negócios total, é uma variável importante associada ao nível das divulgações. Além disso, a dimensão da empresa, medida pelo total de ativos foi considerado significativamente associado com o nível de divulgações por Owusu-Ansah e Yeoh (2005).

O presente estudo explora a relação entre a dimensão da empresa e o nível de conformidade com as divulgações exigidas pela NCRF 18 medida pelo total de ativos, para a qual se formula a subsequente hipótese:

H1: O grau de cumprimento dos requisitos de divulgação previstos na NCRF 18 está significativamente associado com a dimensão da empresa.

Rendibilidade

Os resultados de estudos anteriores sobre a associação entre a rendibilidade e a divulgação obrigatória de informações são bastante dispersos. Cunha (2009), Setyadi *et al.* (2009) e Ballas e Tzovas, (2010), concluíram uma associação positiva significativa, enquanto, Wallace *et al.* (1994), Tower *et al.* (1999), Guerreiro (2006), Al-Shammari *et al.* (2008), Mutawaa (2010), Al-Akra *et al.* (2010), Costa (2012) e Juhmani (2012), não fornecem evidência de uma associação entre a rendibilidade da empresa e do nível de divulgações.

Por outro lado, Wallace e Naser (1995) relataram uma associação negativa entre as duas variáveis.

Como medida da rendibilidade, atendemos ao rácio de rendibilidade dos capitais próprios, seguindo o mesmo método de Guerreiro (2006), Cunha (2009), Mutawaa (2010) e Costa (2012).

A hipótese seguinte testa a associação entre a rendibilidade da empresa e a conformidade das divulgações exigidas pela NCRF 18:

H2: O grau de cumprimentos dos requisitos de divulgação previstos na NCRF 18 está significativamente associado com a rendibilidade da empresa.

Liquidez

A liquidez refere-se à capacidade de uma empresa em cumprir as suas obrigações e compromissos no curto prazo.

Al-Akra *et al.* (2010) referem que um índice de liquidez elevado é um indicador de desempenho de boa gestão. Assim, das empresas com índices mais elevados de liquidez são esperadas mais informações divulgadas.

A literatura sobre a associação entre a liquidez e o nível de divulgações não é conclusiva. Há um argumento de que as empresas que detêm uma maior liquidez são mais propensas a divulgar mais informações do que aqueles que apresentam baixa liquidez (Cooke, 1989). Por outro lado, tem sido afirmado que as empresas com liquidez fraca podem ser induzidas a ampliar a sua divulgação para mitigar os medos e notificar os acionistas que a administração está ciente dos problemas (Wallace *et al.*, 1994).

A evidência empírica fornece resultados mistos para a associação entre a liquidez da empresa e o nível de divulgação. Owusu-Ansah e Yeoh (2005) e Al-Akra *et al.* (2010) encontraram uma relação positiva significativa entre liquidez e nível de divulgação. Naser *et al.* (2002), Al-Shammari *et al.* (2008) e Mutawaa (2010) não forneceram evidência de tal associação. Wallace *et al.* (1994), por outro lado, e como já referido, concluíram uma associação negativa entre essas variáveis.

Tendo em consideração o objetivo deste estudo, consideramos de relevo expurgar o efeito dos inventários no rácio de liquidez geral. A liquidez foi assim apurada tendo por base o rácio de liquidez reduzida, procurando desta forma medir a capacidade das empresas em fazer face às responsabilidades de curto prazo, no entanto, de uma forma mais exigente que o rácio de liquidez geral, uma vez que este exclui a dificuldade que realmente existe de converter os inventários em dinheiro de uma forma célere.

A hipótese seguinte testa a associação entre liquidez e o grau de divulgações exigidas pela NCRF 18:

H3: O grau de cumprimentos dos requisitos de divulgação previstos na NCRF 18 está significativamente associado com a liquidez da empresa.

Endividamento

De acordo com Murphy (1999) as empresas com alto endividamento tendem a divulgar mais informações para garantir que os credores e acionistas são menos propensos a ignorar as suas alegações convenientes.

Al-Shammari *et al.* (2008) apontou que as empresas com maior endividamento têm, por definição, menos capital e, provavelmente, por sua vez, os acionistas são relativamente menos. Consequentemente, são empresas sujeitas a um maior risco do seu património comparando com as empresas de menor nível de endividamento e, portanto, estão sujeitas a uma maior procura de informação por parte dos acionistas para avaliar a probabilidade da empresa cumprir com as suas obrigações de dívida e do grau de risco de futuros fluxos de caixa provenientes dos seus investimentos.

Os estudos anteriores fornecem resultados conflitantes sobre a associação entre o endividamento e o nível de divulgação. Por exemplo, Murphy (1999), Al-Shammari (2008) e Al-Akra *et al.* (2010) identificam o endividamento como um fator associado ao nível de divulgação. Guerreiro (2006) adianta que as empresas com menor endividamento são propensas a divulgar mais informação. Em contraste, Tower *et al.* (1999), Taplin *et al.* (2002) Mutawaa (2010), Costa (2012) e Juhmani (2012) fornecem evidência de não associação.

Para explorar a associação entre endividamento e nível de divulgação da empresa, utilizamos o rácio de endividamento. Assim, servirá o presente para formular a seguinte hipótese:

H4: O grau de cumprimento dos requisitos de divulgação previstos na NCRF 18 está significativamente associado com o endividamento da empresa.

Antiguidade da empresa

Owusu-Ansah (1998) afirma que as empresas mais velhas são mais propensas a divulgar mais informações porque a não divulgação colocaria em risco o seu *status* competitivo. Comprovou que a antiguidade da empresa tem um efeito estatisticamente significativo e positivo na divulgação obrigatória em Hong Kong. Nos países do *Gulf Co-Operation Council*, Al-Shammari *et al.* (2008) concluíram que a antiguidade da empresa é um fator crítico para explicar a extensão das práticas de divulgação obrigatória. Contudo, Al-Akra *et al.* (2010), Mutawaa (2010) e Juhmani (2012) consideram a antiguidade como uma variável não estatisticamente relacionada com o índice de divulgação.

A antiguidade da empresa será medida em número de anos passados desde a sua fundação até ao termo do exercício em análise, testando deste modo a seguinte hipótese:

H5: O grau de cumprimento dos requisitos de divulgação previstos na NCRF 18 está significativamente associado com a antiguidade da empresa.

Setor de atividade

O setor de atividade em que a empresa está a operar pode afetar a forma como a gestão divulga a informação financeira da empresa. Estudos anteriores fornecem resultados conflitantes sobre a associação entre o tipo de indústria e o nível de divulgação. Enquanto Naser *et al.* (2002), Taplin *et al.* (2002), Cunha (2009) e Mutawaa (2010) encontraram uma associação significativa entre o tipo de atividade e o nível de divulgação, Tower *et al.* (1999), Guerreiro (2006), Al-Shammari *et al.* (2008), Setyadi *et al.* (2009) e Al-Akra *et al.* (2010) não encontraram evidência de tal associação.

Para testar a relação entre o setor de atividade e nível de conformidade com as divulgações exigidas pela NCRF 18, os setores de atividade foram codificados como: i) indústria; e ii) comércio e serviços. A seguinte hipótese é atestada:

H6: O grau de cumprimento dos requisitos de divulgação previstos na NCRF 18 está significativamente associado com o setor de atividade da empresa.

2. ESTUDO EMPÍRICO

2.1 METODOLOGIA

2.1.1 AMOSTRA

Para atingir os objetivos definidos, selecionou-se uma amostra recolhida dos relatórios e contas individuais de 31 empresas com valores não cotados, referentes aos anos de 2010 e 2011.

Das 100 maiores empresas apresentadas no ranking das 500 maiores empresas da Revista “Exame” no ano de 2010, foi possível aceder aos relatórios e contas referentes aos anos de 2010 e 2011 de 50 empresas. Das 50 empresas, excluíram-se 10, pois não possuíam inventários, 4 pois apenas disponibilizaram contas consolidadas, 1 que utilizou o normativo internacional e 1 por não discriminar o passivo corrente do não corrente (cuja leitura é fulcral para o estudo). Para além das exclusões referidas, houve a necessidade de não considerar 1 entidade por ser Fundação, 1 por ser Pessoa Coletiva de Utilidade Publica sem fins lucrativos e 1 que aplica o normativo das Entidades do Setor Não Lucrativo, em virtude da especificidade da atividade que desempenham e da regulação específica deste setor. A amostra final ficou composta por 31 empresas, sendo 22 pertencentes ao setor do comércio e serviços e 9 ao setor da indústria, conforme resumimos na Tabela 1.

Tabela 1: Definição da amostra

| Descrição | Número |
|--|--------|
| Empresas extraídas do ranking da revista Exame | 100 |
| Empresas que não tinham os seus relatórios disponíveis na Internet | -50 |
| Empresas que não possuem inventários | -10 |
| Empresas que apresentam apenas contas consolidadas | -4 |
| Empresas que utilizam as IAS | -1 |
| Empresas que não discriminam o passivo corrente e não corrente | -1 |
| Fundações | -1 |
| Pessoas Coletivas de Utilidade Publica sem fins lucrativos | -1 |
| Empresas que não utilizam o SNC – Modelo Geral | -1 |
| Amostra final | 31 |

2.1.2. VARIÁVEL DEPENDENTE

A medição do nível de divulgação de informação sobre a NCRF 18 foi feita através da construção um índice de divulgação, de forma a medir a variação no nível de informação divulgada, fazendo uso de uma variável quantitativa, que mede a variação no nível de divulgação de um exercício para o outro.

Recorrendo à técnica de análise de conteúdo, codificou-se a informação recolhida em itens de divulgação, tendo-se utilizado, como fonte de obtenção dos dados, os relatórios e contas individuais de empresas

incluídas na amostra, respeitantes aos anos 2010 e 2011. A lista de itens de divulgação utilizada foi desenvolvida tendo em conta os requisitos de divulgação exigidos pela NCRF 18 (Anexo 1). Após a leitura dos anexos às demonstrações financeiras foi recolhida informação sobre o cumprimento dos diferentes requisitos de divulgação, tendo-se atribuído o dígito 1 caso as empresas cumpram os requisitos de divulgação da norma, o dígito 0 no caso de as empresas não divulgarem a informação exigida pela norma e a sigla NA, não aplicável, quando as empresas não se enquadram nas divulgações exigidas pela norma.

Os casos em que se verifica a não aplicação da divulgação foram excluídos da análise empírica. Estes valores apenas foram utilizados para evitar o enviesamento dos dados, pois seria de alguma iniquidade atribuir o dígito 0 quando, na realidade, a empresa não tem obrigação de o apresentar.

A construção do Índice Divulgação (ID) sobre a NCRF 18, na empresa j , tomou em consideração a totalidade de 21 itens de divulgação e a seguinte fórmula de cálculo:

$$ID_j = \frac{\sum_{i=1}^{n_j} x_{ij}}{n_j}, \quad 0 \leq ID_j \leq 1$$

onde n_j representa o número de itens de divulgação relevantes para a empresa j ($n_j \leq 21$) e $x_{ij} = 1$ caso o item de divulgação for divulgado e $x_{ij} = 0$ no caso contrário.

2.1.3 VARIÁVEIS INDEPENDENTES

A Tabela 2 apresenta as variáveis independentes e a correspondente mensuração associada a cada uma de acordo com as hipóteses levantadas:

Tabela 2: Variáveis independentes e mensuração

| Variáveis Independentes | Mensuração |
|-------------------------|--|
| Dimensão | Total do ativo (milhões de euros) |
| Rendibilidade | Rendibilidade dos capitais próprios = resultado líquido do exercício / capital próprio |
| Liquidez | Liquidez reduzida = (ativo circulante - inventários) / passivo circulante |
| Endividamento | Endividamento = total do passivo / total do ativo |
| Antiguidade | Nº de anos passados desde a sua fundação até ao termo do exercício em análise |
| Sector de Atividade | Variável dummy = 1 comércio e serviços; 0 indústria |

2.1.4 MODELO EMPÍRICO

Tendo por base o primeiro objetivo da investigação, nomeadamente o grau de cumprimento dos requisitos de divulgação da NCRF 18 por parte da amostra para os anos de 2010 e 2011, foi efetuada uma análise descritiva tendo por base a grelha de cumprimento apresentada no Anexo 1.

Para identificar os fatores corporativos que afetaram o índice de divulgação (segundo objetivo do estudo empírico), foi efetuada uma regressão linear múltipla com o uso do método dos mínimos quadrados, aferindo o tipo de associação existente entre as variáveis independentes e a variável dependente, a fim de validar as hipóteses suportadas pelo modelo.

$$ID_j = \alpha_0 + \alpha_1 Dimensão_j + \alpha_2 Rendibilidade_j + \alpha_3 Liquidez_j + \alpha_4 Endividamento_j + \alpha_5 Antiguidade_j + \alpha_6 Setor de atividade_j + \epsilon_i$$

2.2 RESULTADOS

2.2.1 ANÁLISE DESCRITIVA

A Tabela 3 apresenta as estatísticas descritivas tanto para a variável dependente como para as variáveis independentes para os anos de 2010 e 2011.

Tabela 3: Estatísticas descritivas da amostra

| | Mensuração | N | Mínimo | Máximo | Média | Desvio Padrão |
|------------------------------------|--|----|--------|-----------|-------------|---------------|
| <i>Painel A: Dados do ano 2010</i> | | | | | | |
| Índice de divulgação | Índice | 31 | 0,200 | 1,000 | 0,804 | 0,250 |
| Dimensão | Milhões Euros | 31 | 9,140 | 1.565,007 | 318,782 | 411,586 |
| Rendibilidade | Rácio | 31 | -0,503 | 0,449 | 0,058 | 0,180 |
| Liquidez | Rácio | 31 | 0,106 | 4,209 | 1,066 | 0,913 |
| Endividamento | Rácio | 31 | 0,142 | 5,768 | 1,079 | 1,098 |
| Antiguidade | Soma | 31 | 3,000 | 138,000 | 36,935 | 28,491 |
| | | | | N | Percentagem | |
| Setor de atividade | <i>Dummy</i> = 1 (Comércio e Serviços) | | | 22 | 71% | |
| | <i>Dummy</i> = 0 (Indústria) | | | 9 | 29% | |
| | | | | | | |
| <i>Painel B: Dados do ano 2011</i> | | | | | | |
| Índice de divulgação | Índice | 31 | 0,333 | 1,000 | 0,810 | 0,238 |
| Dimensão | Milhões Euros | 31 | 8,554 | 1.679,457 | 319,508 | 424,079 |
| Rendibilidade | Rácio | 31 | -0,556 | 1,257 | 0,060 | 0,310 |
| Liquidez | Rácio | 31 | 0,097 | 4,089 | 1,008 | 0,832 |
| Endividamento | Rácio | 31 | 0,296 | 6,348 | 1,214 | 1,296 |
| Antiguidade | Soma | 31 | 4,000 | 139,000 | 37,935 | 28,491 |
| | | | | N | Percentagem | |
| Setor de atividade | <i>Dummy</i> = 1 (Comércio e Serviços) | | | 22 | 71% | |
| | <i>Dummy</i> = 0 (Indústria) | | | 9 | 29% | |

Pode concluir-se que a média das empresas cumpriu, em 2010 e 2011, com os requisitos de divulgação obrigatória em 80,4% e 81%, respetivamente, sendo que o índice de divulgação variou entre um máximo de 100%, tanto em 2010 como em 2011, e um mínimo de 20% em 2010 e 33,3% em 2011.

O valor médio do endividamento, tanto para o ano de 2010 como para o ano de 2011 é superior a 1, fruto de 9 empresas apresentarem um capital próprio negativo, o que indicia uma situação de falência técnica. No que respeita à situação líquida das empresas (liquidez imediata), esta apresenta-se em média positiva, expressando este valor, juntamente com a análise descrita anteriormente, um elevado valor dos passivos não correntes.

A Tabela 4 apresenta os testes de aderência à normalidade de Kolmogorov-Smirnov com a correção de Lilliefors e de Shapiro-Wilks.

Tabela 4: Testes de aderência à distribuição normal

| | Kolmogorov-Smirnov ^a | | | Shapiro-Wilk | | |
|---------------------------------------|---------------------------------|----|-------|--------------|----|-------|
| | Estatística | df | Sig. | Estatística | df | Sig. |
| <i>Painel A: Dados do ano de 2010</i> | | | | | | |
| Índice de divulgação | 0,257 | 31 | 0,000 | 0,759 | 31 | 0,000 |
| Dimensão | 0,239 | 31 | 0,000 | 0,747 | 31 | 0,000 |
| Rendibilidade | 0,107 | 31 | ,200* | 0,956 | 31 | 0,228 |
| Liquidez | 0,198 | 31 | 0,003 | 0,787 | 31 | 0,000 |
| Endividamento | 0,299 | 31 | 0,000 | 0,611 | 31 | 0,000 |
| Antiguidade | 0,175 | 31 | 0,016 | 0,863 | 31 | 0,001 |
| <i>Painel B: Dados do ano de 2011</i> | | | | | | |
| Índice de divulgação | 0,280 | 31 | 0,000 | 0,735 | 31 | 0,000 |
| Dimensão | 0,267 | 31 | 0,000 | 0,730 | 31 | 0,000 |
| Rendibilidade | 0,223 | 31 | 0,000 | 0,802 | 31 | 0,000 |
| Liquidez | 0,207 | 31 | 0,002 | 0,825 | 31 | 0,000 |
| Endividamento | 0,303 | 31 | 0,000 | 0,628 | 31 | 0,000 |
| Antiguidade | 0,175 | 31 | 0,016 | 0,863 | 31 | 0,001 |

^a Correção de significância de Lilliefors

A Tabela 4 mostra que no ano de 2010 apenas a rendibilidade ($p\text{-value} > 0,01$) e a antiguidade da empresa ($p\text{-value} > 0,01$) seguem uma distribuição normal e que no ano de 2011 só a variável antiguidade da empresa ($p\text{-value} > 0,01$) segue uma distribuição normal. Todas as restantes variáveis não seguem a distribuição normal ($p\text{-value} < 0,05$).

A Tabela 5 apresenta os resultados dos testes de Wilcoxon para testar diferenças significativas nos valores médios relativos aos anos de 2010 e 2011.

Tabela 5: Teste de Wilcoxon para testar diferenças nos valores médios para os anos de 2010 e 2011

| | Índice de divulgação | Dimensão | Rendibilidade | Liquidez | Endividamento | Antiguidade |
|------------------------|----------------------|----------|---------------|----------|---------------|-------------|
| Média 2010 | 0,804 | 318,782 | 0,058 | 1,066 | 1,079 | 36,935 |
| Média 2011 | 0,810 | 319,508 | 0,060 | 1,008 | 1,214 | 37,935 |
| Teste de Wilcoxon: | | | | | | |
| Z | -0,717 | -1,195 | -1,019 | -0,862 | -0,823 | -5,568 |
| Asymp. Sig. (2-tailed) | 0,473 | 0,232 | 0,308 | 0,389 | 0,410 | 0,000 |

Os resultados da Tabela 5 mostram que na variável antiguidade da empresa ($p\text{-value} < 0,01$) existem diferenças estatisticamente significativas entre os valores apresentados no ano de 2010 e de 2011. O valor médio das variáveis índice de divulgação, dimensão, rendibilidade, liquidez e endividamento não são significativamente diferentes entre 2010 e 2011 ($p\text{-value} > 0,05$).

A Tabela 6 apresenta os resultados dos testes de Mann-Whitney U para testar diferenças significativas nos valores médios relativos ao setor indústria e ao setor comércio e serviços.

Tabela 6: Teste de Mann-Whitney U para testar diferenças nos valores médios para o setor indústria e o setor comércio e serviços

| | Índice de divulgação | Dimensão | Rendibilidade | Liquidez | Endividamento | Antiguidade |
|---------------------------------------|----------------------|----------|---------------|----------|---------------|-------------|
| <i>Painel A: Dados do ano de 2010</i> | | | | | | |
| Setor de atividade (Mean ranks): | | | | | | |
| Indústria | 17,56 | 17,33 | 18,33 | 22,44 | 13,44 | 18,44 |
| Comércio e serviços | 15,36 | 15,45 | 15,05 | 13,36 | 17,05 | 15,00 |
| | | | | | | |
| Mann-Whitney U | 85,000 | 87,000 | 78,000 | 41,000 | 76,000 | 77,000 |
| Wilcoxon W | 338,000 | 340,000 | 331,000 | 294,000 | 121,000 | 330,000 |
| Z | -,624 | -,522 | -,914 | -2,524 | -1,001 | -,958 |
| Asymp. Sig. (2-tailed) | ,533 | ,602 | ,361 | ,012 | ,317 | ,338 |
| Exact Sig. [2*(1-tailed Sig.)] | ,564 | ,623 | ,379 | ,010 | ,334 | ,356 |
| | | | | | | |
| <i>Painel B: Dados do ano de 2011</i> | | | | | | |
| Setor de atividade (Mean ranks): | | | | | | |
| Indústria | 19,61 | 17,11 | 17,11 | 22,89 | 13,33 | 18,44 |
| Comércio e serviços | 14,52 | 15,55 | 15,55 | 13,18 | 17,09 | 15,00 |
| | | | | | | |
| Mann-Whitney U | 66,500 | 89,000 | 89,000 | 37,000 | 75,000 | 77,000 |
| Wilcoxon W | 319,500 | 342,000 | 342,000 | 290,000 | 120,000 | 330,000 |
| Z | -1,441 | -,435 | -,435 | -2,698 | -1,044 | -,958 |
| Asymp. Sig. (2-tailed) | ,150 | ,663 | ,663 | ,007 | ,296 | ,338 |
| Exact Sig. [2*(1-tailed Sig.)] | ,160 | ,685 | ,685 | ,006 | ,313 | ,356 |

Da análise dos resultados da Tabela 6 verifica-se que tanto no ano de 2010 como no ano de 2011 não existem diferenças significativas nas variáveis índice de divulgação, dimensão, rendibilidade, endividamento e antiguidade da empresa ($p\text{-value} > 0,05$).

Relativamente à variável liquidez existem diferenças estatisticamente significativas entre o setor indústria e o setor comércio e serviços, tanto no ano de 2010 como no ano de 2011 ($p\text{-value} < 0,01$).

2.2.2 REGRESSÃO

Na análise do modelo, foi usada a regressão linear múltipla, através do método dos mínimos quadrados. Tanto a variável dependente como as variáveis independentes originais não seguem uma distribuição nor-

mal, tendo sido previamente normalizadas através da transformação de Blom's. Para aferir se as variáveis são estatisticamente significativas ou não, procedemos à correlação de Pearson, conforme Tabela 7:

Tabela 7: Matriz de correlações de Pearson

| | | (1) | (2) | (3) | (4) | (5) | (6) | (7) |
|---|--------------------|---------|--------|-------|----------|-------|-------|-------|
| <i>Painel A: Dados do ano de 2010</i> | | | | | | | | |
| (1) | Índice divulgação | 1,000 | | | | | | |
| (2) | Dimensão | ,232 | 1,000 | | | | | |
| (3) | Rendibilidade | ,145 | ,415 | 1,000 | | | | |
| (4) | Liquidez | ,289 | -,220 | ,014 | 1,000 | | | |
| (5) | Endividamento | -,086 | ,223 | -,117 | -,650 ** | 1,000 | | |
| (6) | Antiguidade | ,511 ** | ,172 | ,058 | -,025 | ,093 | 1,000 | |
| (7) | Setor de atividade | -,095 | -,126 | -,207 | -,524 ** | ,167 | -,128 | 1,000 |
| <i>Painel B: Dados do ano de 2011</i> | | | | | | | | |
| (1) | Índice divulgação | 1,000 | | | | | | |
| (2) | Dimensão | -,082 | 1,000 | | | | | |
| (3) | Rendibilidade | -,387 * | ,235 | 1,000 | | | | |
| (4) | Liquidez | ,212 | -,035 | ,044 | 1,000 | | | |
| (5) | Endividamento | -,144 | ,374 * | -,014 | -,632 ** | 1,000 | | |
| (6) | Antiguidade | ,490 ** | ,061 | -,171 | -,077 | ,082 | 1,000 | |
| (7) | Setor de atividade | -,267 | -,056 | -,054 | -,515 ** | ,210 | -,150 | 1,000 |
| Correlações estatisticamente significativas a um nível de significância de: **0,01 e *0,05 | | | | | | | | |

Os resultados da Tabela 7 evidenciam em 2010 uma correlação positiva estatisticamente significativa ($p\text{-value} < 0,01$) entre o índice de divulgação e a antiguidade da empresa, contudo em 2011 verificou-se uma correlação negativa estatisticamente significativa ($p\text{-value} < 0,05$) entre o índice de divulgação e a rendibilidade, e uma correlação positiva estatisticamente significativa ($p\text{-value} < 0,01$) entre o índice de divulgação e a antiguidade da empresa.

Tabela 8: Modelo de regressão

| | 2010 | | | | 2011 | | |
|--------------------|--------------|--------|-------|--|--------------|--------|-------|
| | Coeficientes | t | Sig. | | Coeficientes | t | Sig. |
| Constante | -0,351 | -1,330 | 0,196 | | 0,143 | 0,486 | 0,631 |
| Dimensão | 0,223 | 1,388 | 0,179 | | -0,015 | -0,089 | 0,929 |
| Rendibilidade | 0,079 | 0,540 | 0,594 | | -0,295 | -1,960 | 0,062 |
| Liquidez | 0,554 | 2,622 | 0,015 | | 0,150 | 0,673 | 0,508 |
| Endividamento | 0,160 | 0,901 | 0,377 | | -0,043 | -0,206 | 0,838 |
| Antiguidade | 0,427 | 3,242 | 0,004 | | 0,395 | 2,637 | 0,014 |
| Setor de atividade | 0,580 | 1,683 | 0,106 | | -0,244 | -0,666 | 0,512 |
| | | | | | | | |

| | | | | | | | |
|-------------------------|--|-------|-------|--|--|-------|-------|
| Ajustamento do modelo: | | | | | | | |
| R ² | | 0,471 | | | | 0,414 | |
| R ² ajustado | | 0,332 | | | | 0,267 | |
| Estatística F | | 3,407 | 0,015 | | | 0,414 | 0,032 |
| Durbin-Watson | | 2,007 | | | | 1,212 | |

Os pressupostos do modelo foram verificados nomeadamente através da análise e eliminação de outliers, autocorrelação, multicolinearidade e normalidade de resíduos.

Os modelos de regressão são estatisticamente significativos tanto em 2010 ($F = 3,407$; $p\text{-value} < 0,05$), como em 2011 ($F = 0,414$; $p\text{-value} < 0,05$) apresentando um R^2 ajustado de 0,332 e 0,267 respetivamente. Ou seja, 33,2% e 26,7% da variação do índice de divulgação no ano de 2010 e 2011, respetivamente, são explicados por variações nas variáveis independentes introduzidas no modelo. Assim, os dados apresentam em 2010 uma associação positiva estatisticamente significativa ($p\text{-value} < 0,05$) entre o índice de divulgação e a liquidez.

A Hipótese H3, “o grau de cumprimentos dos requisitos de divulgação previstos na NCRF 18 está significativamente associado com a liquidez da empresa” é suportada, corroborando os estudos de Cooke (1989), Owusu-Ansah e Yeoh (2005) e Al-Akra *et al.* (2010). Logo, as empresas com maior liquidez cumprem mais com os requisitos de divulgação da NCRF 18.

Os dados apresentam em 2010 uma associação positiva estatisticamente significativa ($p\text{-value} < 0,01$) entre o índice de divulgação e a antiguidade da empresa. A Hipótese H5, “o grau de cumprimentos dos requisitos de divulgação previstos na NCRF 18 está significativamente associado com a antiguidade da empresa” é suportada. Esta conclusão comprova os estudos de Owusu-Ansah (1998), Owusu-Ansah e Yeho (2005) e Al-Shammari *et al.* (2008). Logo, as empresas com mais idade cumprem mais com os requisitos de divulgação da NCRF 18.

Os dados apresentam em 2011 uma associação negativa estatisticamente significativa ($p\text{-value} < 0,1$) entre o índice de divulgação e a rentabilidade. A Hipótese H2, “o grau de cumprimentos dos requisitos de divulgação previstos na NCRF 18 está significativamente associado com a rentabilidade da empresa” é suportada. Logo, as empresas com menor rentabilidade são as que cumprem mais com os requisitos de divulgação da NCRF 18, corroborando assim o estudo de Wallace e Naser (1995).

Os resultados obtidos contrariam a teoria de agência defendida por Inchausti (1997), ao referir que as empresas mais rentáveis divulgam mais informação, enquanto o presente estudo obtém uma relação perfeitamente inversa entre o nível de divulgação e a rentabilidade das sociedades.

Os dados apresentam em 2011 uma associação positiva estatisticamente significativa ($p\text{-value} < 0,05$) entre o índice de divulgação e a antiguidade da empresa. A Hipótese H5 “o grau de cumprimentos dos requisitos de divulgação previstos na NCRF 18 está significativamente associado com a antiguidade da empresa” é suportada. Logo, as empresas com mais idade cumprem mais com os requisitos de divulgação da NCRF 18.

Todas as restantes hipóteses não são suportadas pois não se encontram níveis de associação estatisticamente significativos entre o índice de divulgação e as variáveis independentes.

CONCLUSÃO

O presente estudo procurou contribuir para analisar o nível de cumprimento das divulgações obrigatórias e os fatores explicativos do grau de conformidade da NCRF 18 – Inventários, para os anos de 2010 e 2011, tendo como amostra 31 empresas com valores não cotados, pertencentes à lista das 100 maiores empresas apresentadas no ranking das 500 maiores empresas da Revista “Exame” no ano de 2010.

Foi possível conferir que 80,4% e 81% das empresas cumpriram com os requisitos de divulgação exigidos pela NCRF 18 para os anos de 2010 e 2011, respetivamente, tendo este grau de conformidade variado entre 20% e 100% para o ano de 2010 e entre 33,3% e 100% para o ano de 2011. O ligeiro incremento

verificado no índice de cumprimento poderá estar influenciado pela fase de transição do POC para o SNC, tendo em consideração que em 2010 foi o primeiro ano de aplicação do SNC (tendo reexpresso os saldos finais de 2009 para SNC nos relatórios e contas apresentados em 2010), sendo por isso mais espetável a ocorrência de lacunas por parte dos preparadores da informação financeira.

A seleção das hipóteses de investigação fundamenta-se na revisão da literatura efetuada assim como nas teorias de divulgação, nomeadamente a teoria de agência, a teoria dos custos políticos e a teoria da legitimidade. Os resultados obtidos permitem-nos concluir que as empresas com maior liquidez, maior antiguidade e menor rendibilidade são as que cumprem mais com os requisitos de divulgação da NCRF 18.

As limitações deste estudo prendem-se essencialmente com a escolha das variáveis independentes, com o tamanho reduzido da amostra e com o período em análise demasiado curto. Qualquer alteração num dos fatores referidos alteraria certamente os resultados do estudo e consequentes conclusões. Sendo este estudo inédito na compreensão da divulgação obrigatória dos inventários em Portugal, é desejável que as limitações apresentadas surjam como oportunidade para investigação futura nesta área do conhecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Al-Akra, M., Ali, M. e Eddie, I. (2010), The influence of the introduction of accounting disclosure regulation on mandatory disclosure compliance: Evidence from Jordan, *The British Accounting Review*, 42 (3), pp.170-186.
- Al-Shammari, B., Brown, P. e Tarca, A. (2008), An Investigation of Compliance with International Accounting Standards by Listed Companies in the Gulf Co-Operation Council Member States: *Working Paper* (accessible: <http://ssrn.com/abstract=963574>)
- Amaral, C. (2001), Processo de harmonização contabilística internacional: tendências atuais, *Gestão e Desenvolvimento*, 10, pp.33-58.
- Ballas, A., e Tzovas, C. (2010), An empirical investigation of Greek firms compliance to IFRS disclosure requirements, *International Journal of Managerial and Financial Accounting*, 2 (1), pp.40-62.
- Botosan, C. (1997), Disclosure Level and the Cost of Equity Capital, *The Accounting Review*, 72 (3), pp.323-350.
- Cooke, T. (1989), Disclosure in the corporate annual reports of Swedish companies, *Accounting and Business Research*, 19 (74), pp.113-124.
- Core, J. (2001), A review of the empirical disclosure literature: discussion, *Journal of Accounting and Economics*, 31 (1-3), pp.441-456.
- Costa, F. (2012), *A divulgação dos Ativos Fixos Tangíveis segundo a LAS 16 e o seu grau de cumprimento: uma análise ao anexo*, Dissertação de Mestrado em Contabilidade, Universidade do Minho, Escola de Economia e Gestão.
- Cunha, P. (2009), *O grau de cumprimento com os requisitos previstos na LAS 16: Estudo das empresas cotadas em Espanha*, Dissertação de Mestrado em Contabilidade, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa.
- Decreto-Lei n.º158/2009 de 13 de Julho do Ministério das Finanças e da Administração Pública, Diário da República 1.ª série, 133, de 2009-07-13.
- Decreto-Lei n.º35/2005 de 17 de Fevereiro, Diário da República, 1.ª série - A, 17, de 2005-02-17.
- Dye, R. (2001), An evaluation of “essays on disclosure” and the disclosure literature in accounting, *Journal of Accounting and Economics*, 32 (1-3), pp.181-235.
- Easterbrook, F. e Fischel D. (1984), Mandatory disclosure and the protection of investors, *Virginia Law Review*, 70 (4), pp. 669-715.

- Eugénio, T. (2010), Avanços na divulgação de informação social e ambiental pelas empresas e a teoria da legitimidade, *Revista Universo Contábil*, 6 (1), pp.102-118.
- Ferreira, A. (2008), *A divulgação de informação sobre capital intelectual em Portugal*, Dissertação de Mestrado em Contabilidade, Faculdade de Economia, Universidade do Porto.
- Glaum, M. e Street, D. (2003), Compliance with the Disclosure Requirements of Germany's New Market: IAS Versus US GAAP, *Journal of International Financial Management and Accounting*, 14 (1), pp.64-100.
- Guerreiro, M. (2006), Impacto da adopção das International Financial Reporting Standards: fatores explicativos do nível de informação divulgada pelas empresas portuguesas cotadas, *Contabilidade e Gestão*, 3, pp.7-32.
- Healy, P. e Palepu, K. (2001), Information asymmetry, corporate disclosure, and the capital markets: A review of the empirical disclosure literature, *Journal of Accounting and Economics*, 31 (1-3), pp. 405-440.
- Inchausti, B. (1997), The influence of company characteristics and accounting regulation on information disclosed by Spanish firms, *European Accounting Review*, 6 (1), pp.45-68.
- Jensen, M. e Meckling, W. (1976), Theory of the Firm: Managerial Behavior, Agency Costs and Ownership Structure, *Journal of Financial Economics*, 2 (4), pp.305-360.
- Juhmani, O. (2012), Factors influencing the extent of corporate compliance with IFRS: evidence from companies listed in Bahrain Stock Exchange, *Journal of International Business and Economics*, <http://www.freepatentsonline.com/article/Journal-International-Business-Economics/293950230.html>
- Leuz, C. e Wysocki, P. (2008), Economic Consequences of Financial Reporting and Disclosure Regulation: A Review and Suggestions for Future Research, available at: <http://ssrn.com/abstract=1105398>
- Lopes, A. (2009), O papel da contabilidade nas micro e pequenas empresas, *Revista da Camara dos Técnicos Oficiais de Contas*, 158, p.22.
- Mahoney, P. (1995), Mandatory disclosure as a solution to agency problems, *The University of Chicago Law Review*, 62 (3), pp. 1047-1112.
- Murphy, A. (1999), Firm characteristics of Swiss companies that utilize International Accounting Standards, *The International Journal of Accounting*, 34 (1), pp.121-131.
- Mutawaa, A. (2010), Disclosure Level and Compliance with IFRSs: An Empirical Investigation Of Kuwaiti Companies, *International Business & Economics Research Journal*, 9 (5), pp.33-50.
- Naser, K., Al-Khatib, K. e Karbhari, Y. (2002), Empirical evidence on the depth of corporate information disclosure in developing countries, *International Journal of Commerce & Management*, 12 (4), pp.122-155.
- Owusu-Ansah, S. (1998), The impact of corporate attributes on the extent of mandatory disclosure and reporting by listed companies in Zimbabwe, *The International Journal of Accounting*, 33 (5), pp.605-631.
- Owusu-Ansah, S., e Yeoh, J. (2005), The effect of regulation on corporate disclosure practices, *Abacus*, 41 (1), pp.92-109.
- Penedo, J., Pimentel, L., Magro, N. e Trabucho, P. (2004), *Contabilidade ambiental: divulgação de informação*, Congresso de Contabilidade, Centro de Congressos do Estoril.
- Prather-Kinsey, J., e Meek, G. K. (2004), The effect of revised IAS 14 on segment reporting by IAS companies, *European Accounting Review*, 13 (2), pp.213-234.
- Regulamento n.º1606/2002/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, Bruxelas, Jornal Oficial da União Europeia L 243, de 2002-09-11.
- Rodrigues, L. L. (2013). TOC no Estado credibilizariam contas públicas. *TOC*, 157, p.13.

- Setyadi, A., Brown, A., Rusmin, e Tower, G. (2009), Indonesia aggregated accounting regulatory compliance, *Jurnal Akuntansi & Auditing Indonesia*, 13 (2), pp.99-129.
- Street, D. e Bryant, S. (2000), Disclosure Level and Compliance with IAS: A Comparison of Companies With and Without U.S. Listings and Filings, *The International Journal of Accounting*, 35(3), pp.305-329.
- Street, D. e Gray, S. (2002), Factors influencing the extent of corporate compliance with International Accounting Standards: summary of a research monograph, *Journal of International Accounting, Auditing & Taxation*, 11 (1), pp.51-76.
- Taplin, R., Hancock, P. e Tower, G. (2002), Disclosure (discernibility) and compliance of accounting policies: Asia-Pacific evidence, *Accounting Forum*, 26 (2), pp.172-190.
- Tower, G., Phil, H. e Ross, T. (1999), A regional study of listed companies compliance with international accounting standards, *Accounting Forum*, 23 (3), pp.293-305.
- Tsalavoutas, I. (2009), *The adoption of IFRS by Greek listed companies: financial statement effects, level of compliance and value relevance*, Dissertação de Doutoramento em Psicologia, Universidade de Edimburgo.
- Verrecchia, R. (2001), Essays on disclosure, *Journal of Accounting and Economics*, 32 (1-3), pp.97-180.
- Wallace, R. e Naser, K. (1995), Firm-specific determinants of the comprehensiveness of mandatory disclosure in the corporate annual reports of firms listed on the stock exchange of Hong Kong, *Journal of Accounting and Public Policy*, 14 (4), pp.311-368.
- Wallace, R., Naser, K. e Mora, A. (1994), The relationship between the comprehensiveness of corporate annual reports and firm characteristics in Spain, *Accounting and Business Research*, 25 (97), pp.41-53.
- Watson, A., Shrives, P. e Marston, C. (002), Voluntary Disclosure of Accounting Rations in UK, *British Accounting Review*, 34 (4) , pp.289-313.
- Watts, R. e Zimmerman, J. (1978), Towards a Positive Theory of the Determination of Accounting Standards, *The Accounting Review*, 53 (1), pp.112-134.

Anexo 1: Grelha dos requisitos de divulgação exigidos pela NCRF 18

| Divulgações |
|--|
| A entidade possui inventários? |
| - Se sim, divulga: |
| - as políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários? |
| - a fórmula de custeio usada? |
| - a quantia total escriturada de inventários e a quantia escriturada em classificações apropriadas para a entidade? |
| - a quantia de inventários escriturada pelo justo valor menos os custos de vender (corretores/negociantes)? |
| - a quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período? |
| - a quantia de qualquer ajustamento de inventários reconhecida como um gasto do período? |
| - a quantia de qualquer reversão de ajustamento que tenha sido reconhecida como uma redução na quantia de inventários reconhecida como gasto do período? |
| - as circunstâncias ou acontecimentos que conduziram à reversão de um ajustamento de inventários? |
| - a quantia escriturada de inventários dados como penhor de garantia a passivos? |
| - A empresa divulga informação acerca das quantias escrituradas detidas em diferentes classificações de inventários e a extensão das alterações nesses ativos e utilidade para os utentes das demonstrações financeiras? |
| - Se sim, divulga informação relativa às seguintes classificações: |
| - mercadorias |
| - matérias primas |
| - consumíveis de produção |
| - materiais |
| - trabalhos em curso (inclui inventários de prestador de serviços) |
| - bens acabados |
| - A empresa divulga a quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período, que é muitas vezes referida como o custo de venda? |
| - se sim, essa quantia consiste: |
| - nos custos previamente incluídos na mensuração do inventário agora vendido |
| - nos gastos gerais de produção não imputados |
| - nas quantias anormais de custos de produção de inventários |
| - A empresa divulga se admite e em que circunstâncias admite a inclusão de outras quantias, tais como custos de distribuição? |